EMPODERAMENTO, FORMAÇÃO CIDADÃ E PROJETOS DE VIDA NA SOCIOEDUCAÇÃO INFANTOJUVENIL, NA PERSPECTIVA DA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

Maria Helena de Paula Frota[1]
Mônica Sillan de Oliveira[2]

RESUMO: Este estudo que tem por temática: **Empoderamento, Formação Cidadã e Projetos de Vida na Socioeducação Infantojuvenil, na perspectiva da Garantia dos Direitos Humanos:** Um estudo sobre a experiência da Frente de Assistência à Criança Carente - FACC, surgiu na busca em investigar como a socioeducação de crianças, adolescentes e jovens na perspectiva da garantia de direitos humanos vivenciada na Frente de Assistência à Criança Carente (FACC) pode contribuir para o empoderamento, formação cidadã e construção de projetos de vida dos grupos atendidos pela proposta.

PALAVRAS-CHAVE: Infância e juventude; Direitos humanos; Cultura de paz; Sociabilidade..

ABSTRACT: This study that has as theme: **Empowerment, Citizenship Education and Life's Project in the Children and Youth socioeducation, in view of the Guarantee of Human Rights:** A Study about the Experience of Frente de Assistência à Criança Carente - FACC, came in seeking to investigate how the socioeducation children, adolescents and young people in view of the guarantee of human rights experienced in Frente de Assistência à Criança Carente - FACC can contribute to empowerment, citizenship training and building life projects of the groups served by the proposal.

KEYWORDS: Childhood and Youth, Human Rights, Culture of Peace and Sociability.

1. INTRODUÇÃO

O estudo, ora apresentado, concentra esforços no sentido de registrar o histórico e apresentar a experiência de intervenção social da organização não governamental Frente de Assistência à Criança Carente (FACC) junto aos segmentos infanto-juvenis e seus familiares, moradores da Comunidade do Lagamar, localizada em Fortaleza – CE.

A história da FACC, ao longo de mais de três décadas de existência e de serviços prestados ininterruptamente na referida comunidade, reúne intercessões e divergências com as lutas e demandas das populações em situações de exclusão e vulnerabilidade social. A organização foi criada mediante intervenção de uma agência de apadrinhamento internacional, com a finalidade de oferecer serviços que contribuíssem para a emancipação social dos grupos atendidos. Basicamente, a história da organização divide-se em dois períodos, que se afastam no que remete à abordagem interventiva: da fundação no final da década de 80 até início do Séc. XXI, marcado por forte intervenção social de cunho assistencialista e de 2006 aos dias atuais, com prática institucional revisitada referendando-se nos marcos legais, políticos e conceituais fundamentados na ideia da Assistência Social enquanto direito.

Os resultados da pesquisa aqui procedida, para além do registro e memória dessa contribuição, tem por interesse apresentar os resultados conquistados pela organização no que diz respeito à adoção do modelo de socioeducação baseado nas ideias de Paulo Freire, associado às noções de cultura de paz enquanto garantia dos direitos humanos de e para crianças e jovens.

2 . O MOTIVO DA ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO

A instituição FACC é uma personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, de caráter socioassistencial e cultural, portanto de defesa e garantia de direitos humanos e sociais.

Numa série histórica de dez anos, compreendida entre 2004 e 2013, foram realizados 72.633 mil atendimentos diretos à comunidade do Lagamar e a um pequeno contingente do público de outros municípios pelas ações, programas e projetos sociais realizados pela organização. Destes, 87,5% foram direcionados, exclusivamente, para crianças, adolescentes e jovens. A média anual, nesse percurso, é em torno de sete mil e duzentas pessoas atendidas diretamente.

Nesse percurso, movimentou quase 10 milhões de reais, destes 65% foi do recurso da cooperação internacional, advindos de pessoas físicas, padrinhos e madrinhas alemães, que doaram e confiaram na bem utilização desse recurso. As demais fontes derivaram de subvenções sociais, editais e chamadas públicas e doações de diversos gêneros.

2.1 - A TRAJETÓRIA DA PESQUISA: FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Do ponto de vista quantitativo os dados

1 Assistente Social, Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela UECE. Ex Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará (Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2018791617617578>Acesso: 15/03/2019. E-mail: monsillan@gmail.com

2 Doutora em Sociologia pela Universidade de Salamanca – Espanha (Disponível em: < http://lattes.cnpq.br/6939566870510025> Acesso: 05/03/2019. E-mail: helenapfrota@gmail.com

da FACC já demonstram sua importância na atenção direta por quase três décadas às famílias residentes na comunidade do Lagamar. Conferir, qualitativamente, quais foram os resultados deste trabalho junto aos que foram beneficiados, através da proposta freiriana, visando o empoderamento, a formação cidadã e a construção dos projetos de vida dos grupos geracionais em desenvolvimento, no período de 2007 a 2013, exerce uma importante contribuição para a comunidade acadêmica e para a própria organização.

Visando a compreensão do objeto desse trabalho, considero relevante a revisão dos marcos históricos, políticos e legais referentes à matéria da infância e juventude. A garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil, mesmo com as conquistas legais, continua sendo um desafio para todos os setores, especialmente para as Políticas Públicas destinadas a esse segmento populacional. Parcela significativa da sociedade brasileira não reconhece enquanto sujeitos de direitos sua infância e juventude.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8069, promulgada em 1990, inaugurou o paradigma da Proteção Integral, regulamentando direitos de crianças e adolescentes, seguindo as diretrizes do Art. 227 da Constituição Federal de 1988 e ratificando a Declaração Universal dos Direitos da Criança – 1959, a Convenção sobre os Direitos da Criança – 1989, as Regras de Beijing -1985 e o Pacto de San José da Costa Rica - 1969 em contraposição à Doutrina da Situação Irregular do Código de Menores, que se baseava na exclusão, quando tratava a questão da infância enquanto caso de polícia.

Os dois protocolos, dos quais o Brasil é signatário, e que fundamentam na atualidade toda a discussão e a base da Política de garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, quais sejam: Convenção sobre os Direitos da Criança – Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), aprovada em Assembleia Geral da ONU, em 1989 e a Lei n.º 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, apregoam que a infância tem direito à proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado:

> É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Arts. 3 e 4 do ECA). (BRASIL, 1990; UNICEF, 2004).

A proposta de trabalho da FACC pretende contribuir com a melhoria nos padrões de sociabilidade desse público, estreitando o pensamento de Freire às noções de cultura de paz e direitos humanos. O contexto social, político e cultural em que o país se encontra inserido e em especial a Comunidade do Lagamar ressente-se desta ausência de garantia de direitos humanos, geradores de uma cidadania em sua plenitude.

Este cenário que despreza o direito à vida, revela-se nos altos índices de violências múltiplas na vida privada e na pública, o que nos leva à crença de que quanto maior a ausência e/ou ineficiência das políticas públicas garantidoras de direitos, maior é a distância para a edificação de uma sociedade pacífica.

Neste sentido, o presente trabalho dissertativo traz elementos colhidos por ocasião da pesquisa, na busca de responder às seguintes indagações:

> A experiência de educação social desenvolvida pela FACC tem contribuído para o empoderamento, formação ci-

> dadã e construção de projetos de vida afirmativos de crianças, adolescentes e jovens, na busca da sua autonomia, visando uma convivência social diferenciada frente às adversidades vividas pelos mesmos no seu contexto local?
> Tem sido possível contribuir para o processo de mudança de realidades sociais, através da implementação de políticas sociais aliadas a estratégias que considerem o indivíduo enquanto ser espiritual?
> Aliar políticas sociais a práticas educativas que tratam do indivíduo enquanto ser multidimensional, ressaltando a sua dimensão espiritual, pode contribuir para maior agilidade no processo de conquista de melhores condições humanas e sociais dos grupos atendidos e, portanto, na perspectiva da construção de uma sociedade pacífica?

3. FRENTE DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA CARENTE: RELATO HISTÓRICO DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL NA COMUNIDADE DO LAGAMAR

A Frente de Assistência à Criança Carente – FACC é uma organização não governamental, de direito privado sem fins lucrativos, localizada no Lagamar que atende crianças, adolescentes, jovens e seus familiares. A instituição constituída em 13 de outubro de 1986, sob a razão social Projeto3 Frente de Assistência à Criança Carente, através da intervenção da organização internacional Christian Children's Fund (CCF), no Brasil Fundo Cristão para Crianças, tinha por finalidade prestar atendimento social às "crianças carentes", visando o enfrentamento da desnutrição e mortalidade infantil e reduzir a miséria da comunidade.

3.1 - A RECONSTRUÇÃO PROGRAMÁTICA INSTITUCIONAL A PARTIR DO RECONHECIMENTO DAS NOVAS DEMANDAS DOS DIREITOS HUMANOS INFANTOJUVENIS NO SÉC. XXI

No final de 2006, com o intuito de elaborarmos uma proposta interventiva a partir da escuta dos segmentos foi utilizada a metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), através da criação de uma ferramenta simplificada com uma pergunta chave: Qual o seu sonho?

Depois de mais de vinte anos, a partir desse diagnóstico social, a instituição constatou a necessidade de revisitar a prática institucional e comunitária, na perspectiva de atender às novas necessidades e demandas apresentadas no contexto social no qual estão inseridas as crianças, adolescentes, juventudes e suas famílias.

O resultado do diagnóstico revelou, para além das necessidades socioeconômicas, questões de outras dimensões não apenas relacionadas à questão material que se traduzem, principalmente, na baixa expectativa dos grupos geracionais em desenvolvimento (crianças, adolescentes e jovens) comprometendo seus sonhos e projetos de vida. Tal quadro poderia ser facilmente identificado com o que Freire (2000) denomina de "cansaço existencial".

Diante de tal constatação, refletiu-se que seria impossível que o trabalho institucional gerasse impacto nesses grupos e comunidade sem considerar que o sonho e a esperança, aspectos primordiais para a saída da naturalidade e busca por transformações dos padrões sociais vivenciados, se encontrassem nessas condições. Assim como Freire (1996, p. 5), o grupo concluiu que também não entendia "a existência humana e a necessária luta para fazê-la melhor, sem esperança e sem sonho".

> A questão estava para além da pobreza material. Outra pobreza evidenciou-se, "[...] pobreza de realização das possibilidades criadas pelo próprio homem para sua libertação das carências que o colocam aquém do possível" (MARTINS, 2008, p. 118).

A partir destes dados, a equipe de trabalho passou a esforçar-se pela busca de alicerce para implantação de uma nova lógica de educação social, que tivesse por base o empoderamento pessoal e comunitário. Era necessária uma proposta que levasse em conta as expressões sociais afloradas nessa sociabilidade humana marcada por profundas desigualdades sociais, por relações frágeis e pela extrema importância do Ter em detrimento do Ser, tal como acredita Freire (1996).

Para referendar o trabalho institucional adotou-se o pensar certo de Freire (1996), por acreditar-se ser esta a ideal para a tarefa pretendida, no que remete ao empoderamento das crianças e jovens para assumirem-se curiosos, críticos e criativos.

> Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar. Divinizar ou diabolizar a tecnologia ou a ciência é uma forma altamente negativa e perigosa de pensar errado. De testemunhar os alunos, às vezes com ares de quem possui a verdade, um rotundo desacerto. Pensar certo, pelo contrário, demanda profundidade e não superficialidade na compreensão e na interpretação dos fatos. Supõe a disponibilidade à revisão dos achados, reconhece não apenas a possibilidade de mudar de opção, de apreciação, mas o direito de fazê-lo. Mas como não há pensar certo à margem de princípios éticos, se mudar é uma possibilidade e um direito, cabe a quem muda - exige o pensar certo - que assuma a mudança operada. Do ponto de vista do pensador, não é possível mudar e fazer de conta que não mudou. É que todo pensar certo é radicalmente coerente (FREIRE, 1996, p. 19).

Pensou-se também que para operacionalizar a proposta deveria fazê-lo de forma ordenada em etapas, construindo ações que partam do particular para o todo – eu, eu e o outro, eu o mundo, tomando por referência a si próprio.

A proposta estruturou-se em ciclos de cinco anos, sendo o primeiro quinquênio compreendido no período de 2007 a 2011 dedicado a adoção de temáticas que facilitassem o processo de formação humana dos grupos atendidos. Tomou-se uma proposta fomentadora do desenvolvimento humano, buscando estratégias para questionar, refletir e inquietar as crenças, os costumes, a cultura, os bens imateriais, enfim a dimensão espiritual daquele grupo, de modo a contribuir para a formação de gerações, comunidades e atores sociais.

A perspectiva da implantação dessa proposta é que os indivíduos e grupos sociais envolvidos rompam com a lógica da exclusão, da vulnerabilidade e reforce a ideia de soberania popular, através da sua participação e incidência em políticas públicas, enquanto forma de promover uma Cultura de Paz, balizada nos princípios da justiça social, evocando equidade, tolerância, respeito às diversidades, solidariedade social e cidadania.

3 Todas as instituições que foram criadas por motivação do Fundo Cristão para Crianças receberam o nome de "Projeto", uma vez que na concepção do financiador a relação acordada entre ambas não comportava autonomia da parte conveniada, estas deveriam ser extensão das suas ações na comunidade.

4 . A PROPOSTA DE SOCIOEDUCAÇÃO: DILEMAS E ADVERSIDADES ENFRENTADAS NO COTIDIANO DAS CRIANÇAS E JOVENS ATENDIDOS PELA FACC

A pesquisa documental, imagética e as falas dos entrevistados revelaram que o levantamento da situação socioeconômica das famílias atendidas, das condições de desenvolvimento das crianças, no que remete à situação educacional e à saúde sempre esteve presente no modo de fazer da organização. O que se evidencia, a partir da implantação da proposta freireana, é a mudança de foco dos processos avaliativos, que deixa de ser unicamente voltada para a pesquisa quantitativa e passa a considerar as questões e elementos voltados para a qualidade e resultados dos trabalhos realizados na socioeducação.

Em todos os processos avaliativos pesquisados, são recorrentes as questões trazidas pelos infantes no que remete às crises e disfunções familiares, às violências presentes na comunidade e o desencontro de interesses entre elas e suas escolas. Num levantamento feito em três anos de DRP's foi possível detectar mudanças nas respostas para aspectos positivos a partir do ano de 2009, dois anos após a implantação da proposta freireana, aliada à Cultura de Paz.

As mudanças mais relevantes são as que dizem respeito à autoavaliação. As crianças e jovens demonstram maior satisfação neles próprios, o que nos aponta que o trabalho voltado para o empoderamento e resiliência na perspectiva da melhoria da autoestima obteve êxito num prazo de dois anos de atenção ininterrupta, com no mínimo 80% de frequência mensal.

No referente ao relacionamento familiar, também nota-se com menor expressão, uma melhoria, embora ainda seja notória a dificuldade de diálogo e de entendimento quando se tratam de adolescentes/jovens. No caso das crianças houve muitas respostas positivas, como "gosto de passear com minha família", "amo minha família", embora tenham surgido muitas respostas que mencionam os desentendimentos e confrontos entre familiares: "Eu não gosto quando meu pai e meu irmão brigam", "eu não gosto quando eles brigam e meu pai bate em minha mãe". Entre os adolescentes/jovens há muitas respostas que denotam uma considerável melhoria na questão da colaboração. Uma parte significativa mencionou colaborar com os afazeres domésticos, como encher garrafas, lavar a louça, ajudar com os irmãos menores etc.

No que remete ao olhar das meninas e meninos acerca da sua comunidade, foram apresentado aspectos positivos em relação às amizades, as brincadeiras nas ruas e negativos, as brigas, o som alto, o trânsito e as drogas: "Não gosto de brigas na rua"; "Não gosto dos carros, por que não respeita as pessoas"; "Das pessoas fumando drogas".

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise e reflexão dos dados colhidos neste trabalho, tanto na "garimpagem" dos documentos, como na coleta dos depoimentos, da observação cotidiana me permitiu visibilizar nuances imperceptíveis no decorrer dessa experiência profissional, constatar aspectos que permaneciam no campo da dubiedade, desmitificar e desvelar muitos detalhes que aparentavam ser verdades inquestionáveis. Dos quase trinta anos de trabalho social no Lagamar, mais de duas décadas foram de atuação focada na lógica assistencialista, gerando insatisfação, incompreensão e resistência na participação das famílias quando foram colocadas as atividades baseadas na proposta freiriana. O estranhamento das famílias para com essa nova abordagem também foi um forte fator para a não adesão imediata nas atividades propostas.

Os fatores tempo e paciência histórica foram ingredientes cruciais nessa nova empreitada, mas induvidosamente o elemento imprescindível foi o do convencimento da equipe e do seu debruçamento sobre o processo educativo e formativo, de modo insistente e contínuo. Nesse sentido evidenciou-se, pelos registros, que no percurso da elaboração, implementação e revisita da proposta, o pensamento de Freire, principalmente, na "Pedagogia da autonomia" e do Comte-Sponville, com o "Pequeno tratado das grandes virtudes" foram marcos referenciais, construtores da orientação pedagógica no caminho trilhado nessa socioeducação infanto-juvenil.

Portanto, a experiência de educação social desenvolvida pela FACC tem contribuído para o empoderamento, formação cidadã e construção de projetos de vida afirmativos de crianças, adolescentes e jovens, na busca da sua autonomia, visando uma convivência social diferenciada frente às adversidades vividas pelos mesmos no seu contexto local. Isso é validado quando se comparam as respostas dadas pelas crianças, adolescentes e jovens no primeiro Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) no ano de 2006 e as últimas no DRP de 2013, e evidencia-se que ambas revelam aspectos negativos percebidos pelos mesmos, principalmente quando diz respeito às suas relações familiares e a dinâmica comunitária, contudo apresentam um outro panorama quando diz respeito aos seus sonhos, aspirações e/ou projetos para o futuro. Consegui perceber que a análise da realidade feita pelos meninos e meninas também registrou mudanças no foco. Aspectos antes não perceptíveis, por parecem naturais ou normais, agora povoam as preocupações dos mesmos, o que traduzo como sendo um despertamento para uma desnaturalização e consciência das limitações e potencialidades nos seus contextos familiar e comunitário, o qual interpreto como algo positivo por acreditar que não se concebe a ideia de autonomia dos sujeitos sem contar com sua plenitude de consciência e de pertencimento.

A pesquisa realizada com os egressos revelou que o esforço da FACC nessa nova formatação de intervenção socioeducativa que leva em consideração o indivíduo enquanto ser espiritual, sinaliza a possibilidade de um novo direcionamento das políticas sociais voltadas para esse segmento, no sentido de contribuir para o processo de mudança de realidades sociais de grupos em situações de exclusão social, todavia a experiência da organização demonstrou que não estratégia pronta, fazendo-se necessárias várias "idas e vindas" no processo de implementação das estratégias. E nesse ir e vir na sedimentação da proposta, a escuta qualificada dos grupos atendidos foi imprescindível para estabelecer os passos, além da cultura da crença no indivíduo e na capacidade de inovação e criatividade de toda equipe envolvida, e quando se "toda", diz respeito a todos os profissionais que têm contato com os educandos, desde o porteiro até a coordenadora geral. Ainda em relação a esse cuidado com a equipe, é importante salientar que nos mais diversos momentos da jornada pedagógica os profissionais necessitaram ser escutados e submetidos ao aprendizado por especialistas que tinham afinidade com os conceitos adotados pela proposta, mas que não estavam envolvidos diretamente com a mesma. Esse olhar de "fora" trouxe contribuições contundentes para fazer com que a equipe recuperasse a rota, muitas vezes, "perdida" em decorrência do "nevoeiro" da cotidianidade que enturvava o discernimento do grupo. Logo, o estudo revelou que é possível contribuir para o processo de mudança de realidades sociais, através da implementação de políticas sociais aliadas a estratégias que considerem o indivíduo enquanto ser espiritual, desde que se considere, em primeira mão, que não há "receituário" para sua aplicação, que requer pessoal comprometido e qualificado.

A socioeducação dos grupos atendidos pela FACC alcançou de forma exitosa resultados na mudança de visão de mundo e de adoção de novas posturas sociais, a partir das aprendizagens realizadas com o estudo das virtudes associando-as aos desafios cotidianos de cada

ser e através da construção de soluções na coletividade. Esse resultado foi constatado, principalmente, nos jovens cuja frequência ultrapassou 70% de atendimento por duas vezes na semana, revela que a proposta somente se efetiva pelo trabalho sistematizado, cotidiano e processual. Toda celeridade possível para esta abordagem ser efetiva requer, minimamente, um ciclo quinquenal. Então, o estudo comprovou que aliar políticas sociais a práticas educativas que tratam do indivíduo enquanto ser multidimensional, ressaltando a sua dimensão espiritual, traz contribuições para maior agilidade no processo de conquista de melhores condições humanas e sociais dos grupos atendidos, porém o a reverberação dessa proposta no que remete à propositura de construção de uma sociedade pacífica aconteceu de forma pontual e lenta. Mesmo com fortes evidências da mudança positiva de atitude conseguida junto aos indivíduos atendidos, as mudanças sentidas e referidas pelas lideranças do Lagamar em relação a essa abordagem no cenário comunitário dão conta de que houve contribuição de grande valia, mas ainda não foram percebidos grandes impactos.

A partir do presente trabalho, sinto-me mais curiosa continuar a investigação no que remete à contribuição que a FACC tem dado quando propõe tecnologias sociais que se contrapõem à lógica do capital e em conhecer outras possibilidades pedagógicas enveredando por essa linha de atuação, que estão sendo buscadas e testadas por organizações que tem finalidade semelhante à da FACC. Recorrem-me as seguintes indagações: A proposta pedagógica da FACC é reaplicável em outros cenários sociais, em outras localidades, com outros desafios e complexos estruturais e culturais? Que papel terá a socioeducação nesse cenário sociopolítico e cultural que se descortina em meio a essa inadiável tecnologização, que ameaça sua sobreposição frente à humanização? Há esperança para a fomentação de novos padrões de sociabilidade, que ensejam uma cultura de paz, a partir da proposta de se investir num modelo de socioeducação que coloque a formação ética enquanto atividade fim?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. R. A modernidade e as favelas: a produção do espaço urbano de Fortaleza a partir da seca de 1932. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

AVELAR, N. J. Lutas sociais no Lagamar: Demarcando diferenças e constituindo identidades juvenis. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE e PRÉ-ALAS BRASIL, 15., 4 a 7 de setembro de 2012, Teresina. Anais... Teresina: UFPI, 2012.

BOBBIO, N. A Era dos Direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elservier, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012a. 454 p. (Série textos básicos, n. 67).

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Brasil). Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/infancia/legislacao/id2410.htm>. Acesso em: 20 maio 2014.

COSTA, A. C. G. 20 anos do ECA: Professor Antonio Carlos Gomes da Costa relembra a mobilização da sociedade civil para a criação do Estatuto. [S.l.], 2010. Disponível em: <http://www.viablog.org.br/20-anos-do-eca-professor-antonio-carlos-gomes-da-costa-relembra-a-mobilizacao-da-sociedade-civil-para-a-criacao-do-estatuto/#sthash.V0Zu7Lvg.dpuf>. Acesso em: 26 set. 2014.

ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Organizado por Michael Schöter; tradução de Vera Ribeiro; revisão técnica e notas de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FORTALEZA. Secretaria Municipal da Assistência Social. Diagnóstico territorial do CRAS Lagamar 2012. Fortaleza, 2012.

GROPPO, A. L. Desigualdade, exclusão e educação: algumas considerações inspiradas pela questão da inclusão. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 79-90, ago./dez. 2008.

LAFER, C. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. Estudos Avançados, v. 11, n. 30, 1997.

MELO, Doriam Luis Borges de; CANO, Ignácio (Orgs.). Índice de Homicídios na Adolescência: IHA 2009-2010. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/br_indiceha10.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Sobre a ONU – Conheça a ONU. [S.l], 2014. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/conheca/>. Acesso em: 10 fev. 2014.

NASPOLINI, Antenor. A reforma da educação básica no Ceará. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 169,186, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a06.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

SANTOS, B. S. Direitos humanos: o desafio da interculturalidade, Revista Direitos Humanos, v. 2, 10-18, 2009.

THIOLLENT. M. Metodologia da pesquisa-ação. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

UNICEF BRASIL. Quem somos – UNICEF no Brasil. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/overview.html>. Acesso em: 20 maio 2014.

UNICEF. A Convenção sobre os Direitos da Criança. Adoptada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990. [Lisboa, 2004]. Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.